

**CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO  
TOCANTINS - CPPI TOCANTINS****ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2020**

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte, quarta feira, às nove horas e vinte e quatro minutos, reuniu-se o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - CPPI Tocantins, para a segunda reunião ordinária, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, o Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Sr. Claudinei Aparecido Quaresemin, na forma do disposto no art. 7º e art. 8º, I da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020 e Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020, na sala de reuniões, situada no Palácio Araguaia, estando presentes: Presidente do Conselho: Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Claudinei Aparecido Quaresemin, e os seguintes Conselheiros: Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: Aldison Wiseman Barros de Lyra (Tom Lyra); o Suplente do Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação: Francis Ney Prado Maia, Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO: Denise Rocha Domingues; Procurador-Geral do Estado – Nivair Vieira Borges e o Suplente do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento – SEFAZ: Sergislei de Moura, bem como o Secretário Executivo do CPPI-Tocantins, o Sr. Robson Menezes Ferreira. Participaram como convidados: o Superintendente de Parcerias e Investimentos-SPI: Pedro Olímpio Pereira Furtado Neto; o Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR: Edson Cabral de Oliveira; a Secretária de Educação, Juventude e Esportes – SEDUC: Adriana da Costa Pereira Aguiar; O Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas: Keliton de Sousa Barbosa; o Presidente da Companhia Imobiliária do Tocantins – TERRATINS: Aleandro Lacerda Gonçalves; o Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado – CGE: Senivan Almeida de Arruda; o Presidente da Fundação de Apoio Cinético e Tecnológico do Tocantins – FAPT: Márcio Antonio da Silveira; o representante de Agricultura, Pecuária e Aquicultura: Fernando Garcia e os Assessores de Gabinete da Secretaria de Parcerias e Investimentos: Állan Rickson Andrade de Araújo, Alcidélio Radhames Vasconcelos de Maria, a Assessora Jurídica: Eliane Grossmann e a Secretária Geral: Mariane Pintaro Arruda que auxiliará nos trabalhos. Dada início a reunião pelo Presidente do CPPI-Tocantins, após cumprimentar os convidados e demais presentes, designando a palavra para o Secretário Executivo do CPPI-Tocantins, para apresentação e auxílio na condução dos trabalhos. Inicialmente, o Secretário Executivo informou que o Regimento Interno do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins foi publicado no Diário Oficial e encontra-se absolutamente regular. Foram criados 10 grupos de trabalhos para estudos preliminares de acordo com a deliberação da 1ª reunião ordinária realizada no dia 28 de maio de 2020, onde alguns encontram-se com os relatórios



concluídos e outros em andamento e, por fim, mencionou que se encontram em fase final para análise e publicação os Decretos de PMI e MIP, bem como o de Sondagem de Mercado. Em relação ao Projeto de Rodovias, o Secretário Executivo passou a palavra para o Superintendente de Parcerias e Investimentos o Sr. Pedro Olímpio, para explanar sobre as atividades já realizadas pelo Grupo de Trabalho de Rodovias, informando que foi realizado o cadastro da malha viária das rodovias integrantes do PPI, cadastro de elementos e faixas de domínio, informações sobre obras e projetos concluídos, previstos, contagens de tráfego realizadas com classificação de veículos, relação dos passivos ambientais, coleta de projetos básicos e executivos existentes, coleta de projetos CREMAS, coleta do Plano Estadual de Logística do Tocantins – PELT, ressaltando que está em andamento a coleta de custo total de OPEX e CAPEX. Com o retorno da palavra, o Secretário Executivo informou que a Secretaria de Parcerias e Investimentos é integrante do Comitê Organizado do Fórum de Investimentos Brasil (BIF), no dia 9 e 10 de novembro, onde em conjunto com a Secretaria de Indústria e Comércio e Secretaria de Agricultura estarão com um estande virtual e presencial do Estado do Tocantins, onde será possível apresentar as potencialidades do Tocantins aos investidores nacionais e internacionais, sendo esse o primeiro evento que o Tocantins apresentará o seu Programa de Parcerias e Investimentos e menciona por fim, a participação no curso de captação de investimentos realizado pelo Fórum. Em seguida, o Secretário Executivo apresentou ao Presidente e aos Conselheiros a solicitação da Secretária de Educação, Adriana da Costa Pereira Aguiar para a antecipação da apresentação e deliberação da qualificação do Pré-Projeto de Energia Fotovoltaica, tendo em vista outro compromisso de agenda com o Governador do Estado. Aprovado o pedido, passou-se para análise do **primeiro item para apresentação e deliberação: Pré-Projeto de Energia Fotovoltaica** – De início o Secretário Executivo destacou que o Pré-Projeto foi incluído no Programa na 1ª reunião ordinária do CPPI-Tocantins para a realização de estudos preliminares visando adotar estratégias para o uso da produção de energia fotovoltaica. Assim, o grupo de trabalho, definiu dentre outras coisas, dar início ao projeto por meio da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes -SEDUC e posteriormente prosseguir para outros órgãos públicos. Assim, para apresentar os benefícios da implantação, operação e gestão de mini usinas de produção de energia solar fotovoltaica, passou a palavra para a Secretária de Educação que ressaltou o otimismo e certeza dos benefícios no caso de aprovação da qualificação do Projeto, tendo em vista a Educação possuir o maior percentual de consumo e gastos com energia elétrica do Governo do Estado do Tocantins. Destacou que atualmente as escolas estão deixando de priorizar o processo de ensino-aprendizagem para dar prioridade ao pagamento de energia elétrica, pois não é possível o prosseguimento das atividades sem energia, além da necessidade climatização das escolas, que no modelo atual de energia comprometeria muito os recursos da educação. A Secretária passou a palavra para o Assessor de Gabinete da SEDUC, o Sr. Rômulo Carmo Oliveira Junior o qual coordena o Grupo de



Trabalho de Energia Solar da SEDUC, informando que atualmente são repassados cerca de R\$47 milhões às escolas dentro do Programa de Gestão Compartilhada, sendo 25% (vinte e cinco) por cento do valor para o pagamento de energia elétrica, totalizando 11 (onze) milhões de reais ao ano, valores esses que poderiam ser revertidos para a melhoria da infraestrutura das escolas e qualidade do ensino. Com o retorno da palavra, o Presidente do Conselho reforçou a importância do projeto e mencionou que atualmente o Estado gasta mais de R\$60 (sessenta) milhões ao ano com energia elétrica dos prédios ocupados por órgãos públicos e que com a instalação de mini usinas, em sete anos de funcionamento os equipamentos estariam pagos e, nos próximos 25 anos, não haveria despesas do Governo do Estado com energia elétrica. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, pela inclusão e qualificação do Pré-Projeto de implantação, operação e gestão de mini usinas de produção de energia solar, para atendimento inicial da demanda de consumo de energia elétrica da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins e posteriormente de outros órgãos públicos do Governo do Estado do Tocantins, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Por conseguinte passou-se à análise do **segundo item para apresentação e deliberação: Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Tocantins e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES** - O Secretário Executivo explanou a importância que o BNDES terá para o PPI-Tocantins e informou o interesse da instituição em atuar junto ao Estado, sendo o Acordo de Cooperação Técnica a porta de entrada para atuar na fase de estruturação, financiamentos e também na divulgação dos Projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins pelo mundo. O Presidente complementou ressaltando os benefícios e também o interesse do Governo do Estado no Acordo, desde que se tenha a atenção e prioridade do BNDES, o que foi garantido em contatos anteriores. Após, passou a palavra para a Assessora Jurídica Eliane Grossmann a qual explanou sobre o Acordo de Cooperação Técnica-ACT, instrumento a ser firmado com objetivo de cooperação técnica entre os Partícipes, para o planejamento preliminar da estruturação de Projetos que integram a carteira de projetos do PPI-Tocantins, não implicando em transferência de recursos financeiros entre os entes. Trata-se de uma aproximação técnica para avaliar de forma mais aprofundada os projetos e a conveniência e oportunidade de contratar ou não o BNDES para estudos de modelagem. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter via ofício à deliberação do Governador do Estado a realização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Tocantins e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Com a palavra o Conselheiro e Procurador-Geral do Estado reforçou as palavras da assessoria jurídica. Em seguida passou-se a abordar o **terceiro item para deliberação: Protocolo de Intenções a**



ser realizado com a B3 S.A – Brasil Bolsa e Balcão e o Governo do Estado do Tocantins – O Secretário Executivo ressaltou a importância da instituição como um meio de comunicação do Governo do Estado com o mercado, pois a B3 representa regras já consolidadas no mercado, além de trabalhar com fundos de investimentos, capitais que todos os Governos apresentam interesse e conhecem a linguagem utilizada pela referida instituição. Passada a palavra para a servidora da SPI, Mariane Arruda, que explicou que o Protocolo de Intenções se assemelha ao instituto jurídico do Acordo de Cooperação Técnica, sendo este firmado com a intenção de permitir a comunicação entre as partes, com troca de informações e documentos públicos, visando a troca de conhecimento e experiências, previamente a eventual contratação futura para a prestação de assessoramento técnico ao Governo e por fim, que não há transferência de recursos financeiros entre os Partícipes. Em seguida, pedindo a palavra, o Conselheiro e Procurador-Geral do Estado, Nivair Vieira Borges questionou acerca da natureza jurídica da B3, sendo informada tratar-se de uma empresa privada, mas que não há nenhuma instituição no Brasil que se assemelha a B3 em uma eventual contratação. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter via ofício à deliberação do Governador do Estado a realização do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado do Tocantins e a B3 S.A – Brasil Bolsa e Balcão. Ato contínuo, fora analisado o **quarto item para deliberação: apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho constituídos nas áreas de interesse estratégico do Governo do Estado** - Dada a palavra ao Presidente da Agência Tocantinense de Regulação para explanação do estudo preliminar realizado pelo Grupo de Trabalho dos Terminais Rodoviários, informando que a análise feita concluiu pela estruturação do Projeto dos Terminais em lotes, iniciando pelo lote do Terminal Rodoviário de Palmas, enquadrando este como líder do lote que terá na sua composição demais terminais a serem definidos na modelagem do projeto. O objetivo é apresentar atratividade aos investidores, mas com o objetivo de atender todos os 139 Municípios do Estado do Tocantins. O Presidente do CPPI-Tocantins, com o retorno da palavra, reforçou a força que a ATR possui e a necessidade de fortalecimento de sua legislação para dar maior segurança para os investidores. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter à deliberação do Governador do Estado a inclusão e qualificação do Pré-projeto Terminais Rodoviários – iniciando pelo Lote de Palmas e passando posteriormente aos demais lotes que serão formados, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar parcerias. Por conseguinte, passou-se a fala para o Assessor de Gabinete Allan Rickson, que esteve a frente como representante da SPI nos Grupos de Trabalhos constituídos. De início, agradeceu a participação de todos os integrantes dos Grupos de Trabalhos e informou que por questões diversas não é o momento para qualificar a maioria dos Pré-projetos, havendo a necessidade de prorrogação por



90(noventa) dias para continuidade dos estudos dos Pré-projetos: Centrais de Abastecimento – CEASA; Centro Integrado de Gerenciamento e Controle; Data Warehouse Governamental; Geração de Energia Fotovoltaica; Parques Naturais e Urbanos; Presídio Industrial; Projetos Agrícolas Irrigados; Rede Estadual de Banda Larga; Saneamento e Tratamento de Resíduos Sólidos. Dentre os exemplos, mencionou sobre a intensão da Secretaria do Meio ambiente em incluir no Projeto de Parques Naturais e Urbanos a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal-REDD, potencializando a concessão dos Parques Naturais e necessitando de mais tempo para análise. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, pela prorrogação do prazo por 90 dias para apresentação dos estudos preliminares relacionados aos Projetos supracitados, estando o Presidente do Conselho autorizado a qualificar o projeto por “*Ad Referendum*” caso algum dos estudos esteja concluído antes da data próxima reunião do CPPI. Posteriormente, fora analisado o **quinto item para apresentação e deliberação: Pré-Projeto Parque Tecnológico** - Com a palavra, o Secretário Executivo, informou que não há necessidade de aprovação para estudos preliminares do respectivo projeto, pois este já se encontra maduro para análise de sua qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins. Passada a palavra para o Presidente da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPT: Márcio Antonio da Silveira, que iniciou sua fala parabenizando os trabalhos da Secretaria de Parcerias e Investimentos e explicou que o Parque Tecnológico se constitui num espaço com concentração de empresas, centro de pesquisa e laboratórios, um ambiente inovador, desde o paisagismo à tecnologia. Sendo um projeto com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, Estado e UFT, além da participação de diversos órgãos como a SEPLAN, Naturatins, Embrapa, entre outros. Informou que será necessária a realização de modelagem para dar prosseguimento aos estudos e encaminhamentos do projeto. Informou também que estará disponibilizando todos os materiais produzidos até o momento. Retomando a palavra o Secretário Executivo, chamando a atenção da necessidade de inclusão e qualificação do Projeto no âmbito do PPI-Tocantins, haja vista que na concepção original o referido Projeto não contemplava o PPI. Posteriormente, o Presidente da Terratins informou que a área para instalação da estrutura se encontra definida e que existem documentações a serem finalizadas. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, pela inclusão e qualificação do Projeto Parque Tecnológico, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Posteriormente, fora analisado o **sexto item para apresentação e deliberação: Pré-Projeto Parque Agro-Tecnológico** – O Secretário Executivo mencionou que o Parque Agro-Tecnológico é mais conhecido pelo evento chamado AGROTINS pois ocorre dentro do referido Parque, que está bem localizado e com grande estrutura, mas requer aprimoramento sobretudo em razão do Agro ser uma das maiores vocações do



Estado. Registrou que o Secretário e Subsecretário de Agricultura estão em Brasília, mas que a Secretaria está bem representada pelo técnico da Secretaria Fernando Garcia. Com a palavra, o técnico informou que a estrutura ofertada aos empresários e visitantes é de qualidade, mas requer mais investimentos. Hoje a Feira AGROTINS recebe em torno de 50(cinquenta) mil visitantes, gerando lucro em torno de R\$2.000.000,00 (dois) milhões de reais em produtos e serviços comercializados. Para participar da Feira tem investidores que investem cerca de R\$1.500.000,00 (um milhão e meio) de reais somente para viabilizar a participação, devendo o Estado contribuir ainda mais com o crescimento e infraestrutura do ambiente. Por fim, o Sr. Fernando Garcia pede a aprovação do Projeto aos Conselheiros. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, pela inclusão e qualificação do Projeto Parque Agro-Tecnológico, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Mariane Pintaro Arruda, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

**Presidente do Conselho**

Claudinei Aparecido Quaresemin: \_\_\_\_\_

**Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento**

Sandro Henrique Armando: \_\_\_\_\_

**Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços**

Aldison Wiseman Barros de Lyra (Tom Lyra): \_\_\_\_\_

**Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação**

Juliana Passarin: \_\_\_\_\_

**Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO**

Denise Rocha Domingues: \_\_\_\_\_

**Procurador-Geral do Estado - PGE**

Nivair Vieira Borges: \_\_\_\_\_